

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - EMCSoft SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INTELIGENTES LTDA.

1. APRESENTAÇÃO E ESCOPO:

A EMCSoft SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INTELIGENTES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 24.904.585/0001-32, com sede na Rua Sebastião Arantes Nogueira, 22 - Apto 26 – José Menino - Santos/SP, doravante “EMCSoft” ou “Controladora”, valoriza a privacidade e a proteção dos dados pessoais de clientes, usuários, parceiros, colaboradores e demais titulares. Esta Política descreve como nós coletamos, usamos, armazenamos, compartilhamos e protegemos dados pessoais no âmbito da plataforma SysClass e demais produtos/serviços prestados, assim como os direitos dos titulares e os canais para exercê-los.

2. DEFINIÇÕES:

(Definições-chave: Dados Pessoais; Dados Sensíveis; Titular; Controlador; Operador; Tratamento; Anonimização; Consentimento; Encarregado/DPO; Registro de Operações).

Termos conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

3. CONTROLADOR E ENCARREGADO (DPO):

Controlador: EMCSoft SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INTELIGENTES LTDA. — CNPJ 24.904.585/0001-32

Encarregado (DPO): Edmir Mario de Carvalho — e-mail: contato@emcsoft.com.br — indicado por ato formal nos termos das boas práticas da ANPD.

4. CATEGORIAS DE DADOS COLETADOS:

A Emcsoft poderá coletar diferentes tipos de informações, incluindo:

- **Dados pessoais de usuários:** nome, e-mail, telefone, CPF (quando necessário), cargo, e informações de acesso.
- **Dados de professores:** nome completo (obrigatório), e-mail, telefone, CPF (quando informado pela instituição).
- **Dados institucionais:** razão social, CNPJ, informações de contato e dados administrativos da instituição contratante.
- **Dados técnicos:** registros de acesso, logs de utilização da plataforma, cookies e estatísticas de navegação.

5. FINALIDADES E BASES LEGAIS (MAPA RESUMIDO):

Para transparência, informamos as principais finalidades e as respectivas bases legais da LGPD:

- a) Execução contratual e operacional (gestão de clientes/instituições; entrega do produto SysClass): base legal — execução de contrato/medidas pré-contratuais (art. 7º, II).
 - b) Cumprimento de obrigações legais e fiscais (emissão de notas, guarda fiscal): base legal — obrigação legal/regulatória (art. 7º, II).
 - c) Atendimento e suporte técnico: base legal — execução contratual; legítimo interesse (art. 7º, V e IX) quando for para melhoria do serviço. (Será realizada avaliação de legítimo interesse quando for aplicada).
 - d) Comunicações comerciais e marketing: base legal — consentimento expresso do titular (art. 7º, I), salvo quando for comunicação transacionada autorizada por outro fundamento previsto em lei; opt-out fácil disponível.
 - e) Segurança, prevenção a fraudes e atendimento a incidentes: base legal — legítimo interesse e obrigação legal, conforme o caso.
 - f) Pesquisa, melhoria do produto e analytics: base legal — legítimo interesse (mediante avaliação e transparência) ou consentimento para tratamento que exija.
 - g) Transferências internacionais: ocorrerão somente com base em hipóteses permitidas pela LGPD (países com nível de proteção adequado; cláusulas contratuais; normas corporativas globais; consentimento específico; autorização da ANPD etc.).
- Observação: todas as finalidades têm justificativa documentada no Registro de Operações de Tratamento (ROT/RAT). (Art. 37 LGPD).

6. COOKIES E TECNOLOGIAS SIMILARES:

6.1 Classificação e finalidades (exemplos):

- Cookies estritamente necessários: funcionamento da plataforma; sem exigência de consentimento.
- Cookies de desempenho/analytics: medição e melhoria (consentimento ou base legítima com LIA justificada).
- Cookies de marketing/publicidade: só com consentimento expresso e granular.

6.2 O titular pode gerenciar seus cookies via banner/configurações e revogar consentimento a qualquer momento; mantemos registro dos consentimentos.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS E TERCEIROS (OPERADORES):

7.1 Compartilhamos dados com:

- Com prestadores de serviço que apoiem a operação do SysClass, como provedores de hospedagem em nuvem e serviços de e-mail.
- Para cumprimento de obrigações legais, fiscais ou regulatórias.

- Mediante consentimento expresso do usuário, quando aplicável.

7.2 Todos os operadores contratados assinam instrumentos contratuais que:

- (a) determinam finalidade;
- (b) impõem TOMs;
- (c) vedam uso diverso;
- (d) impõem obrigação de notificar incidentes imediatamente;
- (e) permitem auditoria documental e técnica pelo controlador. (Art.39 LGPD).

7.3 A Emcsoft **não comercializa dados pessoais**.

8. ARMAZENAGEM E SEGURANÇA:

Os dados são armazenados em **servidores em nuvem**, com:

- Criptografia de dados sensíveis.
- Controle de acesso restrito.
- Políticas de backup e redundância para evitar perda de informações.
- Monitoramento constante para prevenir acessos não autorizados.

9. DIREITO DOS TITULARES

Em conformidade com a LGPD, os titulares de dados têm direito a:

- Confirmar a existência de tratamento de seus dados.
- Solicitar acesso, correção, atualização ou exclusão de informações.
- Revogar o consentimento previamente concedido.

Essas solicitações podem ser feitas diretamente ao Encarregado de Dados (DPO), pelo e-mail: **contato@emcsoft.com.br**.

10. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS:

As transferências internacionais de dados ocorrerão apenas quando houver base legal permitida pela LGPD (ex.: países com grau de proteção adequado, cláusulas contratuais apropriadas, normas corporativas globais, consentimento específico ou autorização da ANPD). Em cada caso documentaremos a justificativa e as salvaguardas técnicas e organizacionais adotadas.

11. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO (PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO):

Os dados pessoais e institucionais serão mantidos pelo período necessário para:

- Cumprimento de obrigações contratuais e legais.
- Execução dos serviços contratados.

- Atendimento de requisitos regulatórios.

Após o encerramento da relação contratual, os dados poderão ser excluídos ou anonimizados, salvo quando houver necessidade de retenção por prazo legal.

12. INCIDENTES DE SEGURANÇA E COMUNICAÇÃO (RCIS):

12.1 Em caso de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, aplicaremos o procedimento interno de resposta e, quando aplicável, comunicaremos: (i) titulares afetados; e (ii) ANPD, nos termos do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança (RCIS/Resolução CD/ANPD nº 15/2024) — comunicação inicial em até 3 (três) dias úteis a contar do conhecimento do incidente, com complementação em até 20 dias úteis quando necessário. (Modelo de conteúdo exigido pelo RCIS será seguido).

13. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (TOMS):

Adotamos medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, considerando o grau de tratamento e o risco:

- Criptografia em trânsito (TLS) e em repouso (AES-256 ou equivalente), onde aplicável;
- Controle de acesso baseado em privilégios (least privilege) e uso de autenticação multifator (MFA) para contas administrativas;
- Gestão de vulnerabilidades / políticas de patching;
- Backups periódicos e testes de restore;
- Logs de auditoria e monitoramento;
- Treinamento periódico de colaboradores;
- Testes de pen-test / revisão de segurança de fornecedores críticos.

As medidas adotadas seguem as orientações e guias da ANPD e boas práticas internacionais, proporcionalmente ao porte e risco.

14. TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS E DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES:

14.1 Tratamos dados sensíveis somente quando estritamente necessário e observando bases legais específicas (consentimento destacado ou outra hipótese prevista em lei). O tratamento de dados de crianças e adolescentes observará o melhor interesse do menor, com autorização dos pais ou responsáveis, quando exigido.

15. REGISTROS E GOVERNANÇA (RAT / RIPD):

15.1 Mantemos registro das operações de tratamento (Registro de Operações / RAT) conforme art. 37 da LGPD. 14.2 Sempre que houver operação que represente alto risco aos direitos e liberdades (ex.: tratamento em larga escala, perfilamento sensível), elaboraremos Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) nos termos do art. 38 da LGPD e orientações da ANPD.

16. SUBCONTRATAÇÃO (SUBOPERADORES):

Antes de permitir subcontratação, o Operador deverá obter autorização do Controlador; o suboperador será obrigado a cumprir os mesmos requisitos contratuais de proteção de dados e a notificar incidentes imediatamente. (Art.39).

17. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA:

A Emcsoft poderá atualizar esta Política de Privacidade a qualquer momento. Alterações relevantes serão comunicadas aos clientes e usuários pelos canais oficiais de comunicação.

18. CONTATO:

Dúvidas, solicitações e o exercício de direitos: contato@emcsoft.com.br

Encarregado de Dados (DPO): Edmir Mario de Carvalho.

 contato@emcsoft.com.br

 www.emcsoft.com.br